

RELATÓRIO DE GESTÃO – Contas Consolidadas

O ano de 2011 foi trágico para o sector da construção, fruto das enormes dificuldades da economia portuguesa no seu todo. A redução drástica do investimento público e privado conduziram a uma completa ausência de oportunidades no mercado interno. Esta tendência acelerou a partir do segundo trimestre, com a consumação do acordo de resgate financeiro e conseqüente mudança de governo. As condições no mercado interno degradaram-se exponencialmente pelo efeito conjugado da ausência de investimento e pela concorrência agressiva baseada em práticas de preços irrealistas. Nos mercados externos em que operamos, a redução de expectativas motivadas pela crise global conduziu ao retardar de decisões de investimento que pareciam seguras mas não pelo abandono das mesmas.

A conjugação das situações descritas conduziu a que o volume de negócios fosse substancialmente inferior ao previsto, tendo sido impraticável substituir as encomendas não confirmadas por novas em tempo. Como tal, os resultados obtidos são significativamente inferiores ao esperado e bastante insatisfatórios, tendo, pela primeira vez nos últimos vinte e sete anos, sido negativos.

Em 2011, o volume de negócios foi de 30.437.376 Euros e o resultado líquido cifrou-se numa perda de 1.280.130 Euros.

A empresa realizou trabalhos, para além do mercado interno, em Cabo Verde, Guiné, Argélia e Moçambique, tendo os trabalhos realizados no mercado argelino contribuído de uma forma muito negativa e determinante para o resultado apresentado.

O resultado operacional foi de -98.165 Euros, sendo o resultado antes de impostos de -811.132 Euros, a que correspondeu um Resultado Líquido de -1.280.130 Euros.

O *EBITDA* atingiu o montante de 1.543.091 Euros, o que corresponde a um decréscimo de 52% face ao ano anterior.

Após o termo do exercício, não ocorreram quaisquer factos relevantes.



Das obras concluídas durante 2011, salientamos as seguintes:

- Novo Terminal de Cruzeiros de Santa Apolónia-APL
- Açude Insuflável do Sorraia-C. M. Coruche
- Tomada de Água e Bombagem, Center for The Unknown - Fundação Champalimaud

Dos trabalhos que transitam para 2012 salientamos os seguintes:

- Terminal Contentores, Kamsar, Guiné - Guinea Alumina Corporation
- Construção da Expansão do Porto de Porto Novo-1ª fase, Santo Antão, Cabo Verde-MITT
- Construção do Reforço de Potência do Aproveitamento de Salamonde-EDP, Energias de Portugal.
- Modernização para a fase 3ª do programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário - Bragança e Pontinha-Parque Escolar EPE
- Electricity III- lotes 1 e 2,EDM - Electricidade de Moçambique

SUCURSAIS, ASSOCIADAS E AGRUPAMENTOS

SUCURSAIS

Seth ARGÉLIA

Durante o ano de 2011 não se registaram novas encomendas no mercado argelino. Está em avaliação a continuidade no mercado argelino, sendo muito provável que, em virtude das dificuldades introduzidas pelas novas regras de contratação pública na Argélia e em face dos maus resultados obtidos, se opte pelo abandono do mercado em 2013.

Seth MOÇAMBIQUE

Está em execução a empreitada, Electricity III Project - Lote 1 e 2, para a EDM, entidade para a qual se submeteu, em consórcio, a um processo de pré-qualificação para um projecto de igual natureza.





A SETH decidiu priorizar este mercado no desenvolvimento das suas actividades internacionais, em virtude da acrescida dinâmica que o mesmo apresenta, com inúmeras oportunidades geradas pelo desenvolvimento dos sectores mineiro e energético. No início de 2012, será constituída a sociedade local em parceria com empresários moçambicanos, cuja denominação é SETHMOZ S.A.. Esta sociedade replicará no mercado moçambicano o modelo da empresa em Portugal, permanecendo a sucursal dedicada aos trabalhos na área da electrificação.

Seth GUINÉ

A sucursal da Seth na Guiné continuou a construção do cais de contentores de Kamsar para a GAC, Guinea Alumina Corporation. Os trabalhos deverão terminar no final de 2012, devendo ser recebida, no final do ano, a confirmação ou não da continuidade dos trabalhos previstos no âmbito global do projecto, cujo montante poderá ascender a mais de 70 milhões de Euros respeitantes à construção de um terminal de expedição de alumina.

A GAC é uma *joint venture* de várias entidades lideradas pela empresa australiana BHP BILLINTON.

Para além desta actividade a SETH tem apresentado propostas para outros projetos de desenvolvimento mineiro de outras empresas multinacionais.

Seth CABO VERDE

Proseguiram a bom ritmo os trabalhos de Construção da Expansão do Porto de Porto Novo – 1ª fase na Ilha de Santo Antão. A associação que a SETH lidera, recebeu a intenção de adjudicação da obra portuária de ampliação do terminal de contentores do porto do Mindelo em S. Vicente.

Com esta adjudicação, a presença neste país irá prolongar-se até final de 2013.

A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines.

ASSOCIADAS

Seth ANGOLA

A empresa não realizou trabalhos durante o ano de 2011. A actividade comercial continuou a concentrar-se na apresentação de propostas para empresas do setor energético. Continua a aguardar-se decisão sobre o avanço ou não de um importante trabalho de construção de uma ponte cais, cujas negociações foram interrompidas na fase de formulação do contrato.

MARINERTES, S.A

A existência de indefinição legal sobre a possibilidade de exploração comercial dos inertes, em virtude da entrada em vigor da lei da água, impediu o início da exploração comercial prevista. A empresa colocou uma série de acções judiciais por forma a contestar os impedimentos que lhe foram colocados para a realização das obrigações decorrentes das licenças que lhe foram concedidas.

Não ocorreram desenvolvimentos significativos na situação descrita.

A Seth detém uma participação de 29% nesta empresa.

MAISTRES, LDA (100%)

Sociedade imobiliária sem actividade, detentora de três imóveis a aguardar oportunidade de venda.

AGRUPAMENTOS

CONSTRUSALAMONDE, ACE

No final do exercício do ano anterior e na sequência da adjudicação, por parte da EDP Energias de Portugal, da empreitada de Construção do Reforço de Potência do Aproveitamento de Salamonde, constituiu-se o agrupamento Construsalamonde, ACE, no qual a SETH tem uma participação de 7,5%.

Os trabalhos tiveram o seu início durante o ano e decorrem em excelente ritmo.



GMP MEK ACE e GMP ACE

Os trabalhos em curso serão terminados no segundo trimestre de 2012. A participação da SETH é de 33%.

Tal como anteriormente antecipado, foi decidido pôr termo aos ACEs constituídos para operar neste mercado. A partir de 31 de Dezembro de 2011, a SETH está livre dos acordos estabelecidos com as outras congéneres, na angariação de novos trabalhos.

SOMAGUE/SETH – CAIS DO JARDIM DO TABACO – 1ª FASE, ACE

O ACE foi constituído para a execução da empreitada de reabilitação e reforço do cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco, 1ª Fase. Os trabalhos foram concluídos em 2009, pelo que se encontram em período de garantia.

CAIS DE CRUZEIROS, 2ª FASE ACE

O ACE foi constituído para a execução da empreitada de reabilitação e reforço do cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco, 2ª Fase. Os trabalhos foram concluídos em 2011, pelo que se encontram em período de garantia.

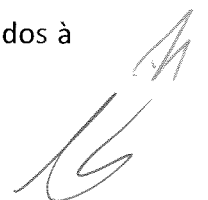
CONTROLO E GESTÃO DO RISCO

A Sociedade apresenta uma exposição aos seguintes tipos de riscos como resultado da utilização de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com a Sociedade no âmbito da sua actividade. É efectuada uma gestão permanente das carteiras de clientes e dos seus saldos em aberto.

Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos associados à



fase de aceitação de clientes e de definição de limites de crédito, como ao nível dos procedimentos e circuitos de cobrança.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os activos da Sociedade, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direcção Financeira. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar as rupturas pontuais de tesouraria e accionar os mecanismos tendentes à sua cobertura.

- Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços dos mercados, como sejam câmbios de moedas estrangeiras, taxas de juro ou a evolução das bolsas de valores possam afectar os resultados da Sociedade e a sua posição financeira. Dado que a Sociedade não se encontra exposta a significativos riscos cambiais ou de mercados de valores mobiliários, o objectivo das suas políticas de gestão de riscos de mercado passam essencialmente pela monitorização da evolução das taxas de juro que influenciam os passivos financeiros remunerados, contratados com base em taxas de juro indexadas à evolução dos mercados.

A Administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Sociedade. Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que a Sociedade enfrenta, para definir limites de risco e controlos adequados e para monitorizar a evolução desses riscos. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às actividades da Sociedade.

HIGIENE SEGURANÇA E AMBIENTE

No mês de Fevereiro de 2011, a Seth obteve a renovação da Certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental segundo o referencial NP EN ISO 14001:2004, após ter



sido realizada a segunda auditoria de acompanhamento pela entidade certificadora APCER, no qual não foram registadas Não Conformidades.

Durante este ano, no mês de Julho, decorreu ainda a auditoria de Acompanhamento do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, no âmbito do processo de renovação da certificação segundo o referencial NP 4397:2001 e norma OHSAS 18001:2007. A auditoria foi igualmente realizada pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação, que identificou apenas uma Não Conformidade, que foi devidamente respondida e encerrada dentro dos prazos previstos.

Ambas as certificações são neste momento fundamentais para as obras internacionais onde as mesmas são já exigidas, razão pela qual se iniciou em Outubro o processo de Integração de Sistemas, de forma a tornar mais céleres as renovações dos referidos sistemas.

Durante o ano reforçaram-se as acções de formação e os meios destinados à prevenção, essencialmente os respeitantes às protecções colectivas e aos equipamentos de trabalho de grande porte. Estas acções de formação abrangem os trabalhadores da Seth e subempreiteiros.

Este resultado evidencia que, embora ainda haja oportunidades de melhoria, os Sistemas implementados adaptaram-se ao referencial normativo e, que a nível global, a SETH, SA, mais uma vez, revelou que actua em conformidade com o que se encontra definido nos Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, pelo que devemos congratular todos os colaboradores pelo seu empenho pessoal.

Os valores registados para o Índice de Frequência foi 4,53 e para o Índice de Gravidade foi 0,11, o que de acordo com as melhores práticas internacionais os classifica, como Muito Bom.



QUALIDADE E I&D

Durante 2011, a Seth implementou o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de acordo com a Norma NP EN ISO 9001:2008.

Foi desenvolvida e aprovada toda a documentação necessária ao SGQ, nomeadamente o Manual do Sistema de Gestão da Qualidade e os procedimentos associados.

O objectivo foi o de dispor de um sistema de gestão operativo, com registos, evidenciando a sua aplicação permitindo comprovar a conformidade documental da empresa.

Foram realizadas auditorias internas, embora efetuadas por entidades externas, com o objectivo de verificar o grau de implementação do SGQ. Essas auditorias decorreram na sede da empresa, no estaleiro central e numa obra em curso. Em termos gerais, foi constatado que a Seth cumpre as cláusulas, subcláusulas e requisitos da norma de referência, evidenciando um grau de implementação adequado ao âmbito de certificação.

Prevê-se no início de 2012 proceder à candidatura para a obtenção da certificação da norma NP EN ISO 9001:2008 e, na sequência da aprovação do processo de candidatura, realizar as auditorias de concessão para a emissão do certificado.

Face à situação do mercado actual, surgiram menos oportunidades para a Seth desenvolver e trabalhar no campo de Investigação, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica. No entanto, a SETH manter-se-á fiel à sua política, incentivando a criação de soluções inovadoras para a execução dos seus projectos e garantindo a melhoria contínua dos seus produtos de forma a dar resposta às necessidades e requisitos de cada cliente.

É política da SETH o desenvolver a sua actividade “por projecto”, tratando caso a caso cada obra, procurando permanentemente alternativas, projectos variantes, equipamentos e métodos construtivos mais eficientes, que se traduzam em valor acrescentado.



A SETH associou-se à Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (PTPC) que tem como objecto promover a reflexão sobre o sector e a implementação de iniciativas e projectos de investigação, desenvolvimento e inovação que possam contribuir para a melhoria da competitividade e internacionalização da Construção Portuguesa.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A SETH conduz as suas actividades baseada em princípios morais e de ética profissional, que salvaguardem o respeito, a integridade, a confiança e, que permitam transparência nos negócios.

Assim, a política da Seth para a Responsabilidade Social e relações de trabalho está em conformidade com todos os requisitos da Norma SA8000, assim como do Contrato Colectivo de Trabalho para a Construção Civil, princípios da Organização Internacional do Trabalho, Declaração Universal de Direitos Humanos, normas e regulamentos aplicáveis às nossas actividades.

Através da Política de Responsabilidade Social, a Seth assegura o cumprimento de diversos compromissos legais, sociais e morais para com os trabalhadores, clientes e sociedade em geral.

É constante a preocupação e aposta no desenvolvimento sustentável, tendo em vista a salvaguarda dos direitos das gerações vindouras.

Com o intuito de provocar a mudança no sector da construção, visando a construção de um futuro inovador, de qualidade, em segurança e com respeito pelo meio ambiente, a Seth, pretende impulsionar a competitividade e a rentabilidade de forma sustentável, utilizando os recursos humanos, tecnológicos e naturais adequados.



Respeito pelo Ambiente

A SETH orgulha-se de ter implementado medidas de eco-eficiência no seu edifício sede cujo, durante 2011, obteve a Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior, no âmbito do DL 78/2006 (SCE) e DL 79/2006 (RSECE).

Desde o princípio que se assumiu que a protecção e conservação do ambiente era uma preocupação, não só pela necessidade de dar resposta às exigências da legislação aplicável, mas por um esforço por aplicar os princípios de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, todos os colaboradores estão empenhados no cumprimento da Política Ambiental e das regras definidas no Sistema de gestão Ambiental implementado.

Apoio à comunidade

Desde há muito que a Seth participa, com patrocínios de diversos níveis nas actividades onde se integra e, com donativos para diversas instituições que desenvolvem acções humanitárias e de solidariedade a nível nacional e internacional. Para a empresa, tais patrocínios não servem apenas o curto propósito de retorno de imagem ou financeiro, sendo levados à prática com o claro entendimento de servirem de intervenção da sociedade civil. De entre os apoios em patrocínios concedidos, destacamos:

- APCA – Associação Portuguesa da Classe Access

A Seth apoia a associação desportiva APCA, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a promoção, representação e direcção técnica do desporto de Vela Classe Access, como modalidade da prática do desporto de vela adaptada. A SETH patrocina o projecto “SETH Sail”, que tem por objetivo a divulgação e promoção da prática do desporto de vela adaptada em todo o território nacional.

Em donativos efectuados em 2011, destacamos:



- **Reconstrução da Cobertura de uma Sala de Aulas do Ensino Especial no Agrupamento de Escolas Professor Noronha Feio, em Queijas – “Espaço Girassol”**

O objectivo do “Espaço Girassol” é a requalificação de antigos balneários e a reconversão num espaço de aprendizagens de apoio a crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais.

A Seth apoiou a remodelação de toda a cobertura existente, ficando o edifício com uma cobertura eficaz e devidamente impermeabilizada proporcionando assim melhores condições de aprendizagem.

- **Pro Dignitate – Fundação de Direitos Humanos**

A Fundação Pro Dignitate tem fins humanitários e sociais, visando, sem fins lucrativos, a promoção dos direitos humanos, através de estudos científicos, planeamento, promoção e avaliação de medidas preventivas e de outras acções dirigidas à defesa daqueles direitos.

INDICADORES ECONÓMICOS – FINANCEIROS

Em 2011, as depreciações dos activos fixos tangíveis totalizaram 1.641.256 Euros, tendo sido utilizado o método das quotas constantes. Os bens de valor de aquisição inferiores a 1.000 Euros foram totalmente depreciados em 2011.

O Capital Próprio da empresa era no final do período de 11.974.799 Euros.

APLICAÇÕES DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que os resultados sejam levados a resultados transitados.

ANTEVISÃO 2012

O ano de 2012 será extraordinariamente difícil para a economia portuguesa e para o sector da construção será, provavelmente, o pior ano de actividade de que há memória. O investimento não existirá e, como tal, as oportunidades no mercado interno serão raras e caracterizadas por margens profundamente degradadas.



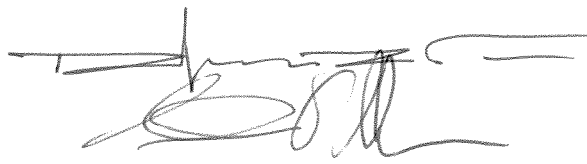

Em virtude da actividade internacional que compõe em grande parte a carteira de encomendas atual, antecipamos um aumento do volume de negócios, contudo, caso não se verifiquem encomendas adicionais, as margens asseguradas não permitem encarar o resultado final como animador. Caso se confirme algumas das negociações em curso, a situação poderá ser revertida. Se tal não ocorrer, será implementado um plano de ajustamento da empresa à realidade do mercado.

Com base na carteira de encomendas no final de 2011, deveremos atingir um volume de negócios de cerca de 36 Milhões de Euros e um resultado antes de impostos sobre o volume de negócios de 1,0%.

Queijas, 29 de Fevereiro de 2012




O Conselho de Administração

SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.			
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011			
UNIDADE MONETÁRIA (€)			
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2011	31-12-2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	8,158,097	9,339,980
Accionistas / Sócios	7	-	12,670
Cientes com depósito de garantia	10	541,412	751,954
Activos por impostos diferidos	8	522,693	700,556
		9,222,202	10,805,160
Activo corrente			
Inventários	9	465,908	530,763
Cientes	10	17,339,268	12,274,677
Adiantamentos a fornecedores	11	890,240	10,147
Estado e outros entes públicos	12	1,655,265	1,191,471
Accionistas / Sócios	7	89,192	-
Outras contas a receber	13	7,312,196	6,022,507
Diferimentos	14	228,910	97,242
Activos financeiros detidos para negociação	15	20,800	10,800
Caixa e depósitos bancários	4	1,815,948	3,962,934
		29,817,727	24,100,541
Total do activo		39,039,929	34,905,701
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Realizado	16	4,000,000	4,000,000
Reservas legais	17	801,069	801,069
Outras reservas	18	(117,170)	119,128
Resultados transitados	19	8,433,480	7,960,424
Ajustamentos em activos financeiros	20	(36,209)	(28,061)
Outras variações no capital próprio	21	173,760	28,829
Resultado Líquido		(1,280,130)	216,727
Interesses Minoritários			
Total Capital Próprio		11,974,800	13,098,116
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	22	168,213	106,557
Financiamentos obtidos	23	3,423,118	3,550,747
Passivos por impostos diferidos	8	11,110	11,938
		3,602,441	3,669,242
Passivo corrente			
Fornecedores	25	12,991,378	7,588,745
Adiantamentos de clientes	26	1,252,050	2,776,153
Estado e outros entes públicos	12	698,709	817,031
Accionistas / Sócios	7	57,424	12,849
Financiamentos obtidos	23	4,074,671	1,329,632
Outras contas a pagar	24	3,005,402	3,266,776
Diferimentos	14	1,246,117	2,155,836
Passivos financeiros detidos para negociação	27	124,654	163,260
Outros passivos financeiros	28	12,283	28,061
		23,462,688	18,138,343
Total do passivo		27,065,129	21,807,585
Total do capital próprio e do passivo		39,039,929	34,905,701

A Administração

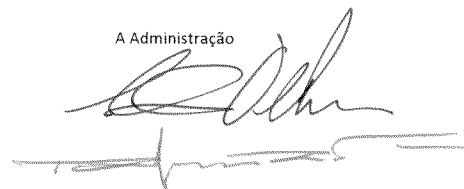
A Técnica Oficial de Contas




DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2010

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros investimentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	1 2.4	4,000,000	-	-	-	801,069	297,388	8,386,343	(43,718)	-	-	(585,117)	12,855,965
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													-
Alterações de políticas contabilísticas													-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											28,829		28,829
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													-
Ajustamentos por impostos diferidos							1,110						1,110
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							(179,371)	159,198	15,657				(4,516)
	2	-	-	-	-	-	(178,261)	159,198	15,657	-	28,829	-	25,423
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											216,727	216,727
RESULTADO INTEGRAL	4= 2 + 3											216,727	216,727
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital													-
Realizações de prémios de emissão													-
Distribuições													-
Entradas para cobertura de perdas													-
Outras operações													-
	5												-
													-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	6 = 1+2+3+5	4,000,000	-	-	-	801,069	119,127	7,960,424	(28,061)	-	28,829	216,727	13,098,115

A Administração



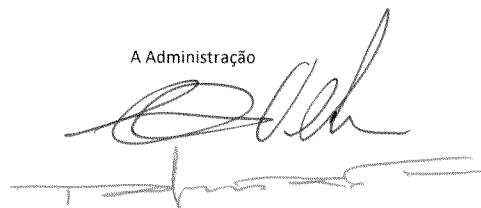
A Técnica Oficial de Contas



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2011

Descrição	Notas	Capital Proprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros investimentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INICIO DO PERÍODO 2011	1 2.4	4,000,000	-	-	-	801,069	119,127	7,960,424	(28,061)	-	28,829	216,727	13,098,115
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													-
Alterações de políticas contabilísticas													-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													-
Ajustamentos por impostos diferidos													-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													-
	2							(236,297)	256,329	(8,148)	144,931		156,815
								(236,297)	256,329	(8,148)	144,931	-	156,815
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											(1,280,130)	(1,280,130)
RESULTADO INTEGRAL	4= 2 + 3											(1,280,130)	(1,280,130)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital													-
Realizações de prémios de emissão													-
Distribuições													-
Entradas para cobertura de perdas													-
Outras operações													-
	5							216,727				(216,727)	-
								216,727				(216,727)	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	6 = 1+2+3+5	4,000,000	-	-	-	801,069	(117,170)	8,433,480	(36,209)	-	173,760	(1,280,130)	11,974,800

A Administração



A Técnica Oficial de Contas



SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.			
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas		
		31-12-2011	31-12-2010
Vendas e serviços prestados	29	30,437,376	31,149,721
Subsídios à exploração	30	8,184	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	31	-	-
Trabalhos para a própria entidade	32	88,470	15,719
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	33	(7,950,705)	(3,889,017)
Fornecimentos e serviços externos	34	(16,674,546)	(18,743,263)
Gastos com pessoal	35	(6,336,112)	(5,443,193)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	36	(127,482)	-
Provisões (aumentos/reduções)	22	(100,405)	(19,536)
Aumentos / reduções de justo valor	37	44,922	-
Outros rendimentos e ganhos	38	3,384,038	2,098,849
Outros gastos e perdas	39	(1,230,649)	(1,903,418)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1,543,091	3,265,862
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	40	(1,641,256)	(1,819,242)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(98,165)	1,446,620
Juros e rendimentos similares obtidos	41	56,514	21,571
Juros e gastos similares suportados	42	(769,481)	(844,959)
Resultado antes de impostos		(811,132)	623,232
Imposto sobre o rendimento do período	8	(468,998)	(406,505)
Resultado Líquido do período		(1,280,130)	216,727
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		-	-
Interesses minoritários		-	-
Resultado por acção básico		(0.32)	0.05

A Administração



A Técnica Oficial de Contas



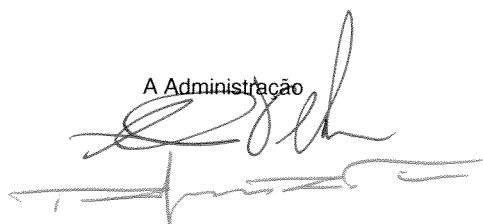
Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2011

Unidade: Euro

Rubricas	Notas	Período 31 Dez 2011	Período 31 Dez 2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		22,571,417	36,645,554
Pagamentos a fornecedores		(21,087,770)	(25,003,649)
Pagamentos ao pessoal		(6,340,074)	(5,265,206)
Caixa gerada pelas operações		(4,856,427)	6,376,699
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(195,586)	(201,548)
Outros recebimentos/pagamentos		(2,289)	(173,404)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(5,054,302)	6,001,747
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(585,161)	(461,179)
Investimentos Financeiros		(28,315)	(4,944)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		542,873	32,916
Investimentos Financeiros		-	-
Juros e rendimentos similares		17,908	135
Dividendos		-	1,621
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(52,695)	(431,451)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		4,356,366	1,076,439
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	8,422
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1,148,459)	(6,117,271)
Juros e gastos similares		(247,896)	(234,284)
Dividendos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		2,960,011	(5,266,694)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(2,146,986)	303,602
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3,962,934	3,659,332
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1,815,948	3,962,934

A Administração



A Técnica Oficial de Contas



Anexo

1 Identificação da entidade

A Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA (“SETH ” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima com sede social na Av. Tomás Ribeiro, 145 em Queijas, tendo sido constituída em 17-03-1933 e tem por principal actividade Engenharia e Construção Civil.

A Empresa é detida maioritariamente pela MT Hojgaard a/s, com sede social na Dinamarca.

2 Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

- 2.1 As demonstrações financeiras consolidadas da SETH foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras consolidadas que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 30 de Março de 2012, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2011 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2010.

As empresas incluídas na consolidação:

Subsidiárias

MAISTRÊS – Desenvolvimento Imobiliário Sociedade Unipessoal, LDA.
Av. Tomás Ribeiro, 145 – Queijas
Parte de capital detido pela SETH - 100%

SethAngola, S.A.
Av. Comandante Valódia, nº5 6º apt 61, Kinaxixi – Luanda – Angola
Parte de capital detido pela SETH – 60%

Empresas associadas

Marinertes, S.A.
Rot. Eng. Edgar Cardoso, 23, 8ºA, Vila Nova de Gaia
Parte de capital detido pela SETH - 29%

Empreendimentos Conjuntos

SOMAGUE/SETH – Cais do Jardim do Tabaco – 1ª Fase, ACE
Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó, 2714-555 Sintra
Parte de capital detido pela SETH - 50%



Cais de Cruzeiros – 2ª Fase, ACE
Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó, 2714-555 Sintra
Parte de capital detido pela SETH - 37,5%

GMP - GRUPO MARÍTIMO PORTUGUÊS, A.C.E.
Lagoas Park, Edifício Um, 2740-265 Porto Salvo
Parte de capital detido pela SETH - 33,33%

GMP MEK – GRUPO MARÍTIMO PORTUGUÊS MERS EL KEBIR, A.C.E.
Lagoas Park, Edifício Um, 2740-265 Porto Salvo
Parte de capital detido pela SETH - 33,33%

- 2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do SNC
- 2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

- 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, na Nota 3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro e na Nota 3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas.

a) Princípios de consolidação

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Grupo e das suas empresas subsidiárias, relativamente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Participações financeiras em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a SETH exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Empresa detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a SETH detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento no qual a SETH assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.





Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível à SETH na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos da SETH até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras das subsidiárias da SETH são preparadas na sua moeda funcional. As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda funcional da SETH.

As demonstrações financeiras das empresas cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da SETH nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas

contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8-50
Equipamento básico	3-16
Equipamento de transporte	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	5-12

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

b) Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efectuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.





Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

c) Participações financeiras

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

O *goodwill* relacionado com uma associada é incluído na quantia escriturada do investimento. Contudo, a amortização desse *goodwill* não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada.

O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

d) Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

e) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

f) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.



h) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido directamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida directamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

i) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Provisões para contratos onerosos

A Empresa reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

j) Activos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

k) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.





l) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito da empresa resulta essencialmente da prestação de serviços de construção que se enquadra na NCRF 19 – contratos de construção e na venda de bens.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiávelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiávelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiávelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiávelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

A quantia de rédito possa ser fiávelmente mensurada;

Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;

A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiávelmente mensurada; e

Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiávelmente mensurados.

A fase de acabamento do contrato é determinada com base na proporção dos custos incorridos no trabalho executado até à data do relato com os custos estimados totais do contrato. Os pagamentos progressivos e os adiantamentos recebidos dos clientes não reflectem trabalho executado pelo que não são considerados no reconhecimento do rédito.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

m) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo, através do método do juro efectivo para os financiamentos obtidos e concedidos.

n) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 30 de Março de 2012, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 45.

o) Instrumentos financeiros

A Empresa reconhece um activo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transacção dos activos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

A Empresa mensura os seus activos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

p) Contabilidade de cobertura

A Empresa utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela Empresa. Uma relação de cobertura existe quando:

- À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.





Cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preços de mercadorias para mercadorias detidas

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixar de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura e o instrumento coberto não for desreconhecido, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto utilizando o método da taxa de juro original efectiva.

Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, tem que ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a Empresa executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e testes prospectivos e retrospectivos em cada data de balanço, de modo a demonstrar a sua efectividade mostrando que as alterações no justo valor do instrumento coberto são compensadas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

Vida útil dos activos fixos tangíveis

A vida útil corresponde ao período durante o qual a empresa espera que o activo esteja disponível para uso. As vidas úteis estimadas apresentadas na nota 3.2 foram determinadas considerando os seguintes factores:

- a) Uso esperado do activo;
- b) Desgaste normal esperado do activo considerando níveis de actividade e programa de reparação e manutenção;
- c) Obsolescência técnica ou comercial proveniente de alterações ou melhoramentos na produção ou de uma alteração na procura de mercado para o serviço ou produto derivado do activo e,
- d) Limites legais ou semelhantes no uso do activo.

A vida útil do activo é, assim, uma questão de juízo de valor baseada na experiência da empresa. O Conselho de Administração considera que as vidas úteis consideradas são as que melhor reflectem a utilidade esperada do activo.

Estimativa de custos totais de contrato

O rédito dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecido com referência à fase de acabamento da actividade do contrato à data de balanço.

Na determinação da fase de acabamento do contrato são consideradas estimativas de custos totais de contrato. Estas estimativas de custos totais de contrato são apuradas com base no sistema de orçamentação do Departamento de Produção que identifica e valoriza as actividades a executar ao longo do projecto e provocam alterações na aferição da fase de acabamento do contrato à data de balanço e conseqüentemente no montante do rédito do contrato a reconhecer.



O Conselho de Administração revê as estimativas dos custos totais de contrato em cada data de relato e considera que, com base no sistema de orçamentação e acompanhamento da execução de projectos e na sua experiência, estas reflectem de forma apropriada e provavelmente o desfecho dos contratos à data de balanço.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1 A 31 de Dezembro de 2011 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Caixa		
Caixa Sede	26.125	26.502
Caixa Obras	10.795	20.758
Caixa Sucursais	20.484	16.497
Caixa ACEs/Subsidiárias	2.269	2.237
	59.673	65.994
Depósitos à ordem		
Bancos Sede	358.326	998.460
Bancos Sucursais	480.807	421.217
Bancos Aces/Subsidiárias	601.642	1.032.263
	1.440.775	2.451.940
Outros depósitos bancários		
Bancos Sede	300.000	1.400.000
Bancos Aces/Subsidiárias	15.500	45.000
	315.500	1.445.000
Total:	1.815.948	3.962.934



5 Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	1.172.796	1.172.796
Edifícios e outras construções	3.954.794	3.945.663
Equipamento básico	14.988.178	16.110.179
Equipamento de transporte	1.295.258	1.124.965
Equipamento administrativo	1.498.954	1.462.582
Outros activos fixos tangíveis	61.616	56.498
Investimentos em Curso	45.218	-
	23.016.814	23.872.683
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	(1.641.256)	(1.819.242)
Depreciação acumulada de períodos anteriores	(13.217.460)	(12.713.461)
	(14.858.717)	(14.532.703)
Valor líquido contabilístico:	8.158.097	9.339.980

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2011 são analisados como segue:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:					
Terrenos e recursos naturais	1.172.796	-	-	-	1.172.796
Edifícios e outras construções	3.945.663	9.131	-	-	3.954.794
Equipamento básico	16.110.179	192.364	(1.327.195)	12.830	14.988.178
Equipamento de transporte	1.124.965	360.625	(238.544)	48.212	1.295.258
Equipamento administrativo	1.462.582	41.756	(11.885)	6.501	1.498.954
Outros activos fixos tangíveis	56.498	4.654	-	464	61.616
Investimentos em Curso	-	45.218	-	-	45.218
	23.872.683	653.748	(1.577.624)	68.007	23.016.814
Depreciação acumulada e imparidade					
Edifícios e outras construções	(1.030.676)	(150.637)	-	-	(1.181.313)
Equipamento básico	(11.365.279)	(1.177.358)	1.137.498	(39.556)	(11.444.695)
Equipamento de transporte	(936.747)	(179.667)	234.912	(23.241)	(904.743)
Equipamento administrativo	(1.163.282)	(131.039)	9.629	(4.000)	(1.288.692)
Outros activos fixos tangíveis	(36.719)	(2.555)	-	-	(39.274)
	(14.532.703)	(1.641.256)	1.382.039	(66.797)	(14.858.717)
Valor líquido contabilístico:	9.339.980				8.158.097



À data de 31 de Dezembro de 2011, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

Rubrica	31-12-2011			31-12-2010		
	Valor bruto	De preciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	De preciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	1.030.558	-	1.030.558	1.030.558	-	1.030.558
Edifícios e outras construções	2.708.971	(306.362)	2.402.609	2.683.840	(190.111)	2.493.729
Equipamento básico	2.140.081	(688.872)	1.451.208	2.552.290	(725.298)	1.826.992
Equipamento de transporte	83.178	(19.152)	64.026	-	-	-
Total:	5.962.788	(1.014.386)	4.948.401	6.266.688	(915.409)	5.351.279

A diminuição ocorrida na rubrica de equipamento básico em locação financeira decorre da finalização normal de contratos celebrados de locação financeira.

O total futuro dos pagamentos mínimos apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	615.052	35.303	650.355	705.427	47.198	752.641
Entre um e cinco anos	1.253.134	53.020	1.306.154	1.818.630	81.701	1.900.317
Mais de cinco anos	676.234	8.576	684.810	669.617	8.576	678.192
Total:	2.544.420	96.899	2.641.319	3.193.674	137.475	3.331.150

6 Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Marinertes, SA	618.390	(618.390)	-	663.312	(663.312)	-
Total:	618.390	(618.390)	-	663.312	(663.312)	-

No âmbito da transição para as NCRF, a Empresa, passou a aplicar o método da equivalência patrimonial na valorização dos investimentos financeiros nas suas demonstrações financeiras.





Seth

Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
Marinertes, SA	663.312	-	-	-	(44.922)	618.390
	663.312	-	-	-	(44.922)	618.390
Imparidade						
Marinertes, SA	(663.312)	-	-	-	44.922	(618.390)
	(663.312)	-	-	-	44.922	(618.390)
Total	-					-

A informação financeira resumida referente às associadas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Activos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
Marinertes	29,00%	31-12-2011	980.467	412.555	567.912	(3.104)	(27.497)

7 Accionistas/sócios

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Activo não corrente		
Suprimentos	-	12.670
	-	12.670
Activo corrente		
Outras operações	89.192	-
	89.192	-
Passivo corrente		
Adiantamento por conta de lucros	57.424	12.849
	57.424	12.849

O saldo a 31 de Dezembro de 2011 refere-se a financiamentos recebidos das subsidiárias e suprimentos provenientes dos ACE's que não vencem juros.

8 Impostos sobre o rendimento

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

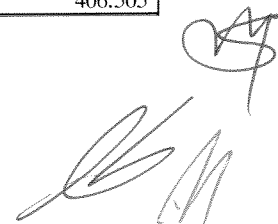
(valores em euros)

Descrição	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010
Provisões	63.909	57.914	-	-
Instrumentos financeiros	48.789	68.090	-	-
Investimentos financeiros	163.873	175.778	-	-
Reavaliações contabilísticas	-	-	11.110	11.938
Outras diferenças	47.195	49.184	-	-
Resultado obras - Grau Acabamento	198.927	349.590	-	-
Total:	522.693	700.556	11.110	11.938

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Impostos correntes	293.123	281.303
Origem e reversão de diferenças temporárias	175.875	125.202
	468.998	406.505



A análise do imposto reconhecido em capital próprio é a seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Imposto diferido		
Instrumentos financeiros e justo valor	-	-
Reavaliações legais	1 938	1 110
	1 938	1 110

A taxa efectiva de imposto apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Resultados antes de impostos	(811.132)	569.920
Taxa nominal de imposto	26,50%	26,50%
Imposto esperado	(214.950)	151.029
Diferenças permanentes (i)	391.229	234.383
Ajustamentos à colecta (ii)	-	(118.958)
Tributações autónomas (iii)	292.719	86.739
Imposto do exercício (iv)	468.998	353.193
Taxa efectiva de imposto	-57,82%	61,97%

As diferenças permanentes referem-se a acréscimos e deduções à matéria colectável enquanto os ajustamentos à colecta respeitam a deduções à colecta, de acordo com as regras fiscais vigentes à data de balanço.

9 Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Valor Bruto:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	465.908	530.763
Valor líquido contabilístico:	465.908	530.763



Durante o período foram reconhecidos em custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas um total de 7.950.705 euros (2010: 3.889.017 euros), conforme nota 32.

10 Clientes

A rubrica de clientes é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	16.067.818	11.145.698
Empresas subsidiárias	2	2
Empresas associadas	20.086	7.158
Empreendimentos conjuntos	1.805.210	1.582.202
	17.893.116	12.735.060
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(93.465)	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(460.383)	(460.383)
	(553.848)	(460.383)
Valor líquido contabilístico:	17.339.268	12.274.677

Da rubrica clientes gerais constam 680.197 euros respeitantes a saldos de clientes das sucursais da Empresa e 904.883 euros referentes a clientes dos ACE's. O restante saldo é justificado, principalmente, pelos saldos das seguintes empresas:

- Parque Escolar (Euro 4.738.587);
- Electricidade de Moçambique (Euro 2.348.227);
- Guínea Alumina Corporation, SA (Euro 1.166.373);
- Fundação Champalimaud (Euro 1.290.091);
- Engiarte Engenharia e Construções (Euro 1.036.885);

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	460.383	93.465	-	553.848
Total:	460.383	93.465	-	553.848



A antiguidade de saldos de clientes apresenta-se como segue:

Antiguidade:	Menos de 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 e 18 meses	Entre 18 e 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Saldo:	5.459.014	3.859.601	2.369.714	2.264.004	816.944	690.739	650.548	1.228.704	17.339.268

Na rubrica de clientes depósito de garantia é apresentado um saldo de 541.412 euros. Este montante compreende retenções efectuadas pelos clientes a título de garantia contratual.

11 Adiantamentos a fornecedores

A rubrica de adiantamentos a fornecedores é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Valor Bruto:		
Fornecedores Gerais	890.240	10.147
Valor líquido contabilístico:	890.240	10.147

O saldo a 31 de Dezembro de 2011 é essencialmente composto pelos adiantamentos efectuados à Teletejo no valor de Euro 467.586. O restante saldo é na sua maioria composto por adiantamentos efectuados a diversos fornecedores da sucursal de Moçambique.



12 Estado e outros entes públicos

A rubrica de estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Activo		
Imposto sobre o rendimento	121.634	88.789
IVA a recuperar	182.323	204.402
IVA reembolsos pedidos	613.964	248.874
Outros impostos	34.050	2.722
Outras tributações (Sucursais)	703.294	646.684
Total:	1.655.265	1.191.471
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	202.795	248.274
Retenções de imposto sobre o rendimento	52.568	47.847
IVA a pagar	82.424	245.229
Outros impostos	142.540	11.111
Contribuições para a Segurança Social	101.970	85.541
Outras tributações (Sucursais)	116.412	179.029
Total:	698.709	817.031

13 Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Valor Bruto:		
Outros devedores	2.800.521	3.182.163
Grau Acabamento	4.434.080	2.417.529
Outros acréscimos rendimentos	102.351	447.571
	7.336.952	6.047.263
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	-	-
Imparidade de períodos anteriores	(24.756)	(24.756)
	(24.756)	(24.756)
Valor líquido contabilístico:	7.312.196	6.022.507



Do saldo total a 31 de Dezembro de 2011 da rubrica outros devedores de 2.800.521 euros fazem parte 1.516.354 euros por serviços prestados ao GMP ACE.

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção que foram realizados pela SETH à data de balanço, ainda que não tenham sido debitados ao cliente, e é composta pelas seguintes obras:

Obra	Grau de Acabamento
Refinaria, Guiné	543.690
Porto Novo, Cabo Verde	1.178.093
Açude, Coruche	232.984
Rede de Electricidade, Moçambique	1.569.861
Escola Bragança	359.157
Fundação Champalimaud	229.729
Outros	320.566
Total	4.434.080

14 Diferimentos

A rubrica de diferimentos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Activo		
<i>Gastos a reconhecer</i>		
Seguros liquidados	461	19.496
Outros gastos a reconhecer	228.449	77.746
Total:	228.910	97.242
Passivo		
<i>Rendimentos a reconhecer</i>		
Grau de Acabamento	473.581	1.246.486
Juros	539.237	544.273
Garantia de Obras	228.299	365.077
Outros rendimentos a reconhecer	5.000	-
Total:	1.246.117	2.155.836



A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção ainda não realizada à data de balanço mas já debitada ao cliente, Euro 295.455 referem-se à obra da Escola da Pontinha.

Os rendimentos a reconhecer com juros corresponde a juros de mora debitados a clientes cujo reconhecimento do rendimento depende do recebimento efectivo.

A rubrica garantia de obras respeita ao montante estimado pela SETH do rédito por reconhecer derivado dos custos a incorrer pela prestação de trabalhos adicionais para fazer face a garantias contratuais das obras concluídas e em curso.

15 Activos financeiros detidos para negociação

A rubrica de Activos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Activos financeiros (Acções)	20 800	10 800
Total:	20.800	10.800

A variação do saldo da rubrica activos financeiros face ao período anterior de 10.000 euros deve-se à aquisição de acções da LISGARANTE.

16 Capital realizado

O capital social de 4.000.000 euros, representado por 4 milhões de acções ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2011.

17 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

18 Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Outras Reservas	(117.170)	119.128
Total:	(117.170)	119.128



19 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados no montante de 473.056 euros inclui a diferença cambial resultante da conversão cambial dos resultados dos anos anteriores das sucursais.

20 Ajustamentos em activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	33.268	-
Outros	(69.477)	(28.061)
Total:	(36.209)	(28.061)

21 Outras variações no capital próprio

A rubrica de outras variações no capital próprio é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	173.760	28.829
Total:	173.760	28.829

As variações ocorridas na rubrica de diferenças de conversão de demonstrações financeiras referem-se actualizações cambiais nas rubricas de balanço das contas das sucursais da empresa no exterior.

22 Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Efeito de desconto	Saldo final
Garantias a clientes	67.808	46.192	-	-	-	114.000
Outras	38.749	54.213	(38.749)	-	-	54.213
	106.557	100.405	(38.749)	-	-	168.213



(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Garantias bancárias prestadas a terceiros		
- Bom cumprimento (contratos construção)	21.059.189	18.843.910
- Propostas a Concursos	1.264.245	1.456.419
- Serviços adquiridos	36.745	36.745
- Judicial	1.845.265	1.302.941
Total:	24.205.444	21.640.015

A 31 de Dezembro de 2011 a Empresa havia prestado as seguintes garantias bancárias:

A empresa não prevê qualquer exfluxo de benefícios económicos, bem como a ocorrência de factos que obriguem a um exfluxo económico.

23 Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.493.750	1.062.500
Locações financeiras	1.929.368	2.488.247
	3.423.118	3.550.747
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.917.326	375.000
Descobertos bancários	1.542.293	249.205
Locações financeiras	615.052	705.427
	4.074.671	1.329.632
Total:	7.497.789	4.880.379



A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:


(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	3.674.666	375.000
De 1 a 5 anos	1.493.750	1.062.500
A mais de 5 anos	-	-
	5.168.416	1.437.500
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Locações financeiras		
Até 1 ano	615.052	954.632
De 1 a 5 anos	1.253.134	1.818.630
A mais de 5 anos	676.234	669.617
	2.544.420	3.442.879
Total:	7.712.836	4.880.379

À data de 31 de Dezembro de 2011 os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras							
Empréstimos bancários	395.126	549.443	523.145	433.294	168.249	75.821	2.145.078
Locações financeiras	630.527	463.601	290.396	277.765	274.392	274.392	2.211.073
Total:	1.025.653	1.013.044	813.541	711.059	442.641	350.213	4.356.151



24 Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Corrente		
Remunerações a liquidar	744.590	773.750
Outros credores por acréscimo gastos	2.028.258	867.108
Outros credores	232.556	1.625.918
Total:	3.005.404	3.266.776

25 Fornecedores

A rubrica de fornecedores é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Fornecedores c/c		
Gerais	12.988.188	7.524.698
Empresa-mãe	-	62.503
Empresas subsidiárias	1.544	1.544
Outras partes relacionadas	1.646	-
Total:	12.991.378	7.588.745

A variação ocorrida explica-se essencialmente pelo aumento do prazo médio de pagamentos aos fornecedores, fruto da diminuição de tesouraria.



A rubrica de fornecedores gerais é composta da seguinte maneira:

Nome	31-12-2011
ENGIARTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	2.019.278
TELETEJO - TELECOMUNICAÇÕES DO RIBATEJO, S.A.	1.639.235
VENTICALOR - EQUIP., AQUECIMENTO E VENTILAÇÃO, LDA.	396.620
NEXANS VIETNAM POWER CABLE COMPANY	379.201
PORSEG - SISTEMAS DE SEGURANÇA, S.A.	268.752
RAMALHO & GONÇALVES, LDA.	207.309
QUINTAS & QUINTAS - CONDUTORES ELÉCTRICOS, SA	202.919
AHLERS LINDLEY, LDA.	189.833
KSB, BOMBAS E VÁLVULAS, S.A.	188.630
J.SOARES CORREIA - ARMAZÉNS DE FERR	185.217
Outros	7.311.194
Total:	12.988.188

26 Adiantamento de clientes

A rubrica de adiantamento de clientes é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2011
Clientes Gerais	1.252.050	2.776.153
Total:	1.252.050	2.776.153

A rubrica de adiantamentos de clientes refere-se a obras em curso, sendo o saldo a 31 de Dezembro de 2011 respeitante ao Município de Coruche, Electricidade de Moçambique e Ministério de Infra-Estruturas, Transportes e Telecomunicações cabo-verdiano. A variação verificada deve-se essencialmente à regularização verificada nos adiantamentos referidos após início e respectiva facturação das obras no período de 2011.



27 Passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica de passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Passivos financeiros detidos para negociação	124.654	163.260
Total:	124.654	163.260

O montante de 124.654 euros a 31 de Dezembro de 2011 respeita a instrumento financeiro derivado. Não é considerado uma operação de cobertura (de taxa de juro) para efeitos das regras contabilísticas, embora a gestão o tenha contratado para esse efeito ao nível financeiro.

28 Outros passivos financeiros

A rubrica de outros passivos financeiros é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Outros passivos financeiros	12.283	28.061
Total:	12.283	28.061

O montante de 12.283 euros a 31 de Dezembro de 2011 refere-se a instrumento financeiro derivado destinado a cobrir o risco de taxa de juro.

29 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Serviços prestados		
Trabalhos de empreitadas	29.003.237	29.579.637
Serviços secundários	1.434.139	1.570.085
Total:	30.437.376	31.149.721



Sendo as principais obras, para o período de 2011, as seguinte:

(valores em euros)

Obra	2011
Kamsar Container Terminal and Barg	6.298.664
Porto Santo Antão, Cabo Verde	4.491.056
Açude, Coruche	2.363.650
EDM Electricity III	4.704.306
Tomada, Centro Champalimaud	2.543.866
Outras	10.035.834
Total:	30.437.376

30 Subsídios à Exploração

O saldo da rubrica de subsídios à exploração de 8.184 euros respeita a subsídios de formação profissional e de estágios profissionais recebidos através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) no âmbito do QREN.

31 Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Activos fixos tangíveis	88.470	15.719
Total:	88.470	15.719

32 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Saldo inicial (+)	530.763	424.916
Compras (+)	7.519.971	3.994.864
Regularizações (+/-)	-	-
Saldo final (-)	100.029	530.763
CMVMC	7.950.705	3.889.017

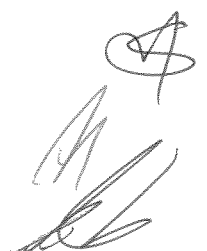


33 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Subcontratos	7.035.772	12.101.500
Serviços especializados:	7.035.772	12.101.500
Trabalhos especializados	2.549.897	2.173.276
Publicidade e propaganda	49.077	111.821
Vigilância e segurança	169.851	155.813
Honorários	164.971	126.094
Comissões	1.297	1.676
Conservação e reparação	388.717	444.014
Outros	7.610	22.764
Materiais:	3.331.420	3.035.458
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	265.287	178.619
Livros e documentação técnica	2.663	3.344
Material de escritório	53.852	79.510
Artigos para oferta	3.640	4.161
Documentos de Propostas	6.388	17.603
Outros	64.546	135.941
Energia e fluidos:	396.376	419.178
Electricidade	59.830	48.786
Combustíveis	775.434	435.951
Água	65.976	67.617
Outros	46.039	56.079
Deslocações, estadas e transportes:	947.279	608.433
Deslocações e estadas	488.191	354.223
Transportes de pessoal	6.445	5.583
Transportes de mercadorias	1.074.688	502.812
Serviços diversos:	1.569.324	862.618
Rendas e alugueres	2.128.441	862.304
Comunicação	189.885	218.236
Seguros	327.774	320.907
Contencioso e notariado	36.151	6.073
Despesas de representação	22.673	22.126
Limpeza, higiene e conforto	61.709	64.337
Outros serviços	627.742	222.093
Total:	16.674.546	18.743.263



A variação ocorrida na rubrica de subcontratos deve-se ao menor volume de obras com recurso a subempreitadas. Em trabalhos especializados o aumento é justificado pela obra de Cabo Verde, obra que juntamente com a obra realizada na Guiné justifica os aumentos registados nas rubricas de Combustíveis e Outros Serviços. a variação registada na rubrica de transportes de mercadorias deve-se essencialmente à obra realizada na Guiné, acarretando gastos de transporte elevados. o aumento de gastos com Rendas e Alugueres deve-se às obras de Cabo Verde e Bragança.

34 Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais	275.914	272.576
Remunerações do pessoal	4.414.207	4.068.900
Indemnizações	51.086	47.039
Encargos sobre remunerações	913.736	888.416
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	80.155	74.047
Gastos de acção social	-	1.249
Outros gastos com o pessoal	601.014	90.966
Total:	6.336.112	5.443.193

A variação verificada em outros gastos com pessoal é essencialmente justificada pelo aumento da actividade da operação na Guiné.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Órgãos sociais	2	2
Directores/Chefias superiores	5	5
Quadros superiores	20	19
Quadros médios	9	12
Chefias intermédias	14	11
Profissionais altamente qualificados	14	4
Profissionais qualificados	57	52
Profissionais semi-qualificados	17	9
Profissionais não qualificados	6	2
Total:	144	116



35 Imparidades de Dívidas a Receber

Do saldo a 31 de Dezembro de 2011 da rubrica Imparidade de dívidas a receber no montante de 127.482 euros, o montante de 93.465 euros respeita a perdas de imparidade de clientes conforme explicito na Nota 10, sendo o restante montante de 34.017 euros referente a retenções de garantia de clientes.

36 Aumentos/reduções justo valor

A rubrica de aumentos/reduções justo valor é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Perdas		
Investimentos Financeiros	(44.922)	-
Total:	(44.922)	-

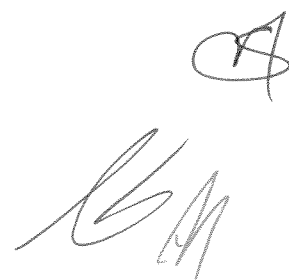
37 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Rendimentos suplementares	976.044	1.105.214
Restantes activos financeiros	728.231	475.478
Investimentos não financeiros	543.549	80.334
Ganhos em inventários	167.606	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	5.890	43.533
Outros	962.718	394.290
Total:	3.384.038	2.098.849

Totalizando 784.193 euros a 31 de Dezembro de 2011 as cedências de activos representam quase a totalidade da rubrica Rendimentos Suplementares.



38 Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Impostos	235.123	416.825
Investimentos não financeiros	45.318	25.382
Dívidas incobráveis	6.302	156.109
Perdas em inventários	-	7.151
Outros	943.906	1.297.951
Total:	1.230.649	1.903.418

Do saldo total da rubrica de outros a 31 de Dezembro de 2011 o montante 393.219 euros são referentes a gastos com serviços bancários, , nomeadamente comissões.

39 Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Gastos		
Activos fixos tangíveis	1.641.256	1.819.242
Total:	1.641.256	1.819.242

40 Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Juros obtidos	17.908	13.007
Outros rendimentos similares	38.607	8.564
Total:	56.514	21.571



41 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Juros suportados	247.894	234.284
Outros gastos e perdas	521.587	610.675
Total:	769.481	844.959

Os juros suportados estão relacionados com os empréstimos obtidos mencionados na nota 23.

42 Locações operacionais

O total dos futuros pagamentos mínimos das locações operacionais não canceláveis apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
	Pagamentos futuros	Pagamentos futuros
Menos de um ano	115.183	143.699
Entre um e cinco anos	157.015	174.032
Mais de cinco anos	-	-
Total:	272.198	317.731

43 Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, a estrutura accionista da Empresa, é a seguinte:

(número de acções)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
MT Hojgaard a/s	2.400.000	2.400.000
Operatio SGPS SA	1.600.000	1.600.000
Total:	4.000.000	4.000.000



**Seth**

Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2010
Activos		
Subsidiárias	25.896	52.193
Associadas	4.060.470	10.082
Empreendimentos conjuntos	3.246.304	2.379.164
Total:	7.332.670	2.441.439
Passivos		
Subsidiárias	-	1.544
Associadas	147.682	-
Empreendimentos conjuntos	483.636	-
MT Hojgaard a/s	-	62.503
Total:	631.318	64.047

Quanto às transacções registadas resumem-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	GMP ACE	GMP ACE MEK	Jardim do Tabaco	Cais de Cruzeiros	Seth Angola	Marinertes
Rédito						
Cedência de Mão-de-Obra e equipamento	13.689	442.671	-	115.055	-	-
Redébito de despesas	44.777	12.041	621	5.347	-	4.835
Materiais Exportação	16.810	-	-	-	-	-
Indemnização	-	-	-	1.088	-	-
Venda de equipamento	-	-	-	-	517	-
Juros	-	-	-	-	-	1.354
	75.276	454.712	621	121.490	517	6.189
Aluguer de equipamento	-	-	-	846	-	-
Cedência de Materiais	41.254	-	-	-	-	-
Redébito de despesas	11.883	-	-	-	-	-
Outros	3.244	63.360	-	231	-	-
	56.381	63.360	-	1.077	-	-

44 Contratos de Construção

O método utilizado para a contabilização dos contratos de construção é o método do grau de acabamento. Os réditos e os custos do contrato são reconhecidos de acordo com a NCRF 19.

(valores em euros)

	Reconhecidos anos anteriores	Reconhecidos no exercício	Diferidos/ Não Reconhecidos	Total
Gastos	26.991.038	25.927.675	-	52.918.713
Rendimentos/Rédito	32.392.682	29.988.774	(473.581)	61.907.875

45 Passivos contingentes

À data de 31 de Dezembro de 2011 existem processos judiciais intentados contra a Empresa, que é convicção da Administração atendendo aos pressupostos e antecedentes das acções judiciais, às expectativas dadas pelos advogados que patrocinam a Empresa e às demais circunstâncias que envolvem os processos, que não resultarão em responsabilidades para a Empresa que justifiquem o registo de provisões para processos judiciais em curso.

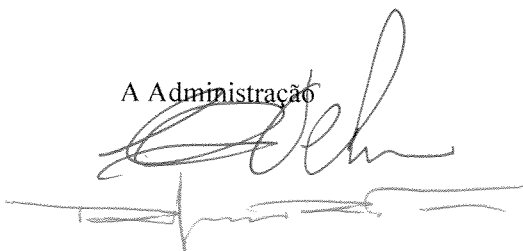
Os processos existentes são referentes a reclamações respeitantes a liquidações de IRC dos anos de 1997, 1998, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, alegado retardamento na entrega da prestação tributária de IVA de Maio de 2007, e alegadas inexactidões em declarações em sede de IRC dos anos 2005 e 2006).

46 Acontecimentos após a data de balanço

Não ocorreram quaisquer acontecimentos relevantes com impacto nas Demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2011.

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração a 30 de Março de 2012.

A Administração



A Técnica Oficial de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 39.039.929 euros e um total de capital próprio de 11.974.800 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.280.130 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

- 7 Na mensuração dos saldos a receber de clientes a 31 de Dezembro de 2011 que ascendem a 17.893.000 euros, o Conselho de Administração da Sociedade não considerou qualquer dotação para fazer face às incertezas e aos riscos que afectam o sector da construção, nomeadamente a que resultaria de uma revisão da estimativa dos prazos estimados de recebimento destas dívidas, descontados à taxa de juro original, em resultado da aplicação do método do custo amortizado. A Certificação Legal das Contas Consolidadas de 2010 incluía uma reserva por desacordo relativa à necessidade de reforço da imparidade de clientes no montante de 95.000 euros. Nesta base, não nos é possível concluir em que medida o montante de 554.000 euros de imparidade de saldos de clientes a receber registado em 31 de Dezembro de 2011 é adequado.
- 8 Não obtivemos evidência suficiente e objectiva que nos permita concluir que existirão lucros tributáveis futuros suficientes que permitam a recuperabilidade dos impostos diferidos activos registados a 31 de Dezembro de 2011 que ascendem a 522.000 euros antes que estes expirem, pelo que entendemos que não estão reunidas as condições para o seu reconhecimento. Nesta base o activo e o resultado líquido negativo do período findo em 31 de Dezembro de 2011 encontram-se sobreavaliado e subavaliado, respectivamente, em 522.000 euros.
- 9 Conforme referido na Certificação Legal das Contas Consolidadas de 2010, por via da sucursal na Argélia encontra-se registado no activo o montante de 355.000 euros (2010: 495.500 euros) relativo a Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar das autoridades fiscais Argelinas para o qual, de acordo com o nosso entendimento, não estão reunidas as condições que permitam concluir que o seu recebimento é certo. Nesta base entendemos que este activo deveria ser desreconhecido por contrapartida de resultados transitados e deveria ser divulgado nas notas anexas como um activo contingente, pelo que o activo e os resultados transitados estão sobreavaliados no montante de 355.000 euros.

Opinião com reservas

- 10 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7 acima, e excepto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos nºs 8 e 9 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 11 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 28 de Maio de 2012



KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Paulo da Silva Pratas (ROC n.º 965)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

1
P

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da

SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão consolidado, contas consolidadas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo Seth e as divulgações incluídas no Anexo consolidado conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados consolidados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão consolidado, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas, que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas consolidadas, com 3 reservas, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- Excepto quanto ao referido nos parágrafos 7 a 9 da Certificação Legal das Contas consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados do Grupo Seth;
- As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas, excepto quanto ao referido nos parágrafos 7 a 9 da Certificação Legal das Contas consolidadas; e
- O relatório de gestão consolidado apresenta a evolução dos negócios e da situação do Grupo Seth, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

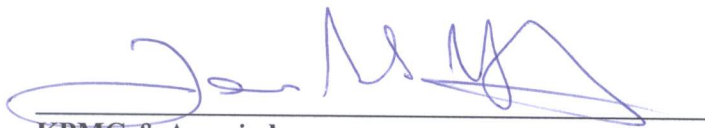
Em face do exposto deverá a Assembleia-Geral Anual deliberar sobre:

- a. O Relatório de Gestão consolidado e as Contas consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
- b. A proposta de aplicação de resultados consolidados contida no mencionado Relatório de Gestão consolidado.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 28 de Maio de 2012

O FISCAL ÚNICO



KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Paulo da Silva Pratas (ROC n.º 965)